



Reunião do Conselho de Administração e Fiscal

ATA nº 022/2021 – Reunião Ordinária do Conselho de Administração

No dia 08 de novembro de 2021, às 09:20h, na sede administrativa do ITUPREV, situada no 9º andar do Edifício Gaplan, localizado na Av. Antônio Gazzola, nº 1001, Jardim Corazza, CEP 13.301-245, na cidade de Itu, estado de São Paulo. Como medida de prevenção de contágio pelo COVID-19, a reunião foi efetuada remotamente e toda a documentação, objeto de análise por parte dos conselheiros, foi disponibilizada antecipadamente. Participaram via aplicativo, os conselheiros: Caroline Theodora Stuke, Daniel Luiz Paiva, Robson Roberto da Silva, Vânia Prieto Acosta. Estiveram presentes no Instituto os Conselheiros Diego Bruni de Souza, Luciana de Araújo Horácio Correa, Luciana de Cassia Willar. Presentes também, os convidados Luiz Carlos Brenha (Superintendente), Kiara Farias (Diretora Financeira), Julia Baldi (Chefe de Gabinete), Edivaldo Alves de Oliveira (Gestor de Benefícios em exercício) e Larissa Caldas (Procuradora).

ORDEM DO DIA – DELIBERAÇÕES: 1) APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DO 3º TRIMESTRE DE 2021:

A reunião contou com a presença remota do Sr. Marcos, representante da empresa LDB Consultoria Financeira, que apresentou os resultados financeiros do ITUPREV no 3º trimestre de 2021, além de explanar acerca da situação do cenário econômico atual e suas implicações na carteira de investimentos do RPPS. Afirmou que o ano de 2021 tem sido bem turbulento e tem assombrado o mercado financeiro, em decorrência das incertezas. A inflação em alta tem contribuído muito para o aumento da volatilidade, o que tem afetado a rentabilidade dos investimentos que compõe a carteira do Instituto. Este cenário tem impactado o resultado de todos os RPPS, uma vez que a meta atuarial é atrelada à inflação. Com a taxa de juros sendo empurrada para cima, os investimentos de renda fixa sofrem com a marcação a mercado no curto prazo, comprometendo grande parte os resultados dos investimentos, já que no mínimo 50% da carteira está alocada em papéis que são influenciados pela inflação e pela taxa SELIC. Marcos pontuou que, infelizmente, esse é o cenário que deve perdurar até o fim de ano, ou seja, um cenário desafiador quando se fala em cumprimento da meta atuarial em 2021. Em contrapartida, a parcela da carteira que está alocada em ativos no exterior teve resultados satisfatórios e foi a responsável pelo balanceamento do resultado até o mês de setembro. Ainda lembrou que, o resultado geral atual é apenas uma “foto” do momento e que a rentabilidade negativa no mês não representa perda efetiva e a recuperação virá no longo prazo. Marcos parabenizou a gestão do Instituto, que não alterou a estratégia de investimento, sustentou a diversificação da carteira e focou nas oportunidades. Diante do exposto, o relatório foi homologado sem ressalvas. **2) APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO – 3º Trimestre/2021:** A Controladora Interna Larissa apresentou o Relatório do 3º trimestre de 2021, pontuando a situação favorável nas receitas e nas despesas, no que diz respeito à evolução da execução orçamentária, demonstrando o superávit de R\$ 42.063.840,03. Atestou a conformidade das áreas analisadas e concluiu pela regularidade dos procedimentos no período analisado. Recomendou apenas que seja realizada a atualização de alguns dados no site, a fim de atender ao princípio da transparência da coisa pública. **3) ATUALIZAÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS:** A Procuradora do Instituto apresentou aos membros do Conselho o acompanhamento dos Processos judiciais que demonstram que 52% do total de processos existentes teve julgamento favorável ao ITUPREV, 18% com resultados desfavoráveis e 30% ainda em andamento, sem julgamento. Apresentou, ainda, as últimas movimentações nas ações judiciais: **A) Processo 1007816-02.2021** de EDSON NUNES DO ESPÍRITO SANTO, referente ao pedido da Sra. Benedita Espírito Santo que requer a concessão de pensão por morte, sob alegação de ser mãe e dependente do servidor falecido. Nova ação. Prazo de 30 dias úteis para defesa do ITUPREV. O relatório foi homologado sem ressalvas. **4) APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DA OUVIDORIA – 3º trimestre/2021:** O servidor Edivaldo, Ouvidor do Instituto, iniciou sua fala informando que houve poucas manifestações pelo canal oficial da ouvidoria no período, não tendo nenhum apontamento formal. Citou três atendimentos com sugestões para melhorar a



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV

atuação dos profissionais. Houve pontos de atenção para o prazo de tramitação e retorno de processos abertos, divulgação e esclarecimento quanto ao prazo para emissão de certidão de tempo de contribuição. Para finalizar, Edivaldo apresentou as principais demandas registradas através deste canal de atendimento, destacando 42 solicitações de aposentadoria, 06 pensões por morte e 141 solicitações de contagem de aposentadoria/simulações. Sem mais, o relatório foi homologado sem ressalvas. **5) HOMOLOGAÇÃO DA ATA Nº 021/2021 DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:** A Ata nº 21 de 26/10/2021 deste colegiado foi lida e homologada, sem registros de ressalvas. Em relação aos imóveis citados na referida Ata, Luiz informou que é possível que não seja mais necessário desmembrar as matrículas, ficando as áreas que foram objeto de dação em pagamento da forma como foi repassada ao Instituto. Luiz informou ainda, que houve nova tentativa de ocupação da área d ITUPREV, através de um vídeo e um áudio enviados pelos moradores dos arredores, registrando suposta intenção de invasão. Houve envolvimento da Secretaria do Meio Ambiente e Guarda Municipal na resolução e monitoramento da suspeita, o que acabou não se concretizando, felizmente. **6) HOMOLOGAÇÃO DAS CONCESSÕES DE BENEFÍCIOS:** O Gestor de Benefícios em exercício apresentou ao Conselho os Processos: **A) PA 0355/2021** de Pensão por Morte de **Agenor Filho Ferreira dos Santos**, concedida à sua companheira Ilete Aparecida Onofre dos Santos, em caráter vitalício e para sua filha Ana Karolline dos Santos, até atingir a maioridade, com proventos no valor de **R\$ 3.930,47**, Benefício nº: 07.0355.2021.0015 e Portaria nº 092/2021; **B) PA 0472/2021** de Pensão por Morte de **Ana Lucia Veronezzi**, concedida ao esposo Ailton de Oliveira, em caráter vitalício, com proventos no valor de R\$ 5.559,05, Benefício nº 07.0472.2021.0016 e Portaria nº 0104/2021.; **C) PA 0304/2021** de Aposentadoria por Idade de **Vilma de Araujo**, com proventos de R\$ 1.100,00, Benefício nº 02.0304.2021.0067 e Portaria nº 0095/2021; **D) PA 0359/2021** de Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Idade (Magistério) de **Teresa Fernanda Silva Maciel**, com proventos de R\$ 5.587,79, Benefício nº 01.0359.2021.0068 e Portaria nº 0096/2021; **E) PA 0342/2021** de Aposentadoria por Idade de **Jonas Gomes da Silva**, com proventos de R\$ 1.100,00, Benefício nº 02.0342.2021.0069 e Portaria nº 0099/2021; **F) PA 0334/2021** de Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Idade de **Vera Salete Alves Marques da Silva**, com proventos de R\$ 2.616,56, Benefício nº 01.0334.2021.0070 e Portaria nº 0097/2021 de 04/10/2021; **G) PA 0279/2021** de Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Idade de **Valdemir Favaretto**, com proventos de R\$ 2.573,47, Benefício nº 01.0279.2021.0071 e Portaria nº 0098/2021; **H) PA 0362/2021** de Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Idade (Magistério) de **Anita Paula Bruni**, Benefício nº 01.0362.2021.0072 e Portaria nº 00103/2021. Os benefícios foram homologados, sem ressalvas. **7) HOMOLOGAÇÃO DE CONTRATOS:** A Diretora Financeira apresentou ao Conselho os Contratos: **A) 1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 022/2020** (Processo de Compras 0793/2020) com a empresa **CLARO SA**, referente à Contratação de plano de Telefonia Móvel, com vigência por mais 12 meses e valor global do Contrato de R\$ 3.052,80; **B) 2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 010/2018** (Processo de Compras 0575/2018) com a empresa **FINANCEIRA ALFA S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS**, referente ao Convênio para concessão de crédito mediante desconto em folha, pelo prazo de 24 meses, sem custo para o Instituto. Os referidos processos foram analisados e homologados, sem ressalvas. **8) ASSUNTOS GERAIS: a) PROCESSO ADIN/ESTATUTO/RPPS:** Luiz esclareceu mais uma vez sobre esse assunto, pois, diante de informações que o Conselheiro Sergio prestou ao Sr. Amaral, representante do Sindicato dos Servidores, o Superintendente verificou que pudesse ter restado dúvidas. A respeito do questionamento do Ministério Público sobre a forma com que o Regime de Previdência de Itu foi criado, este ainda não se trata de Processo Judicial. A situação atual se encontra na fase de apresentação de esclarecimentos por parte da Prefeitura e da Câmara Municipal. Não há nenhuma informação nesse momento sobre uma possível volta de todos os servidores ao Regime Geral. O Superintendente pontuou ainda que, caso seja efetivada a ação, provavelmente não atingirá todos os servidores. Informou também que o ITUPREV encaminhou documento contendo fundamentação teórica para sustentar a inviabilidade das alegações e que a suposta inconstitucionalidade faz referência aos ativos que migraram sem concurso público, ou seja, possivelmente os admitidos antes de 1988. Diego citou a



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV

respeito de um grupo do WhatsApp que expôs informações equivocadas a respeito do tema, e que se posicionou perante os servidores esclarecendo a situação. Luiz enfatizou que quem ingressou depois de 2010 por concurso público, não muda nada. O dinheiro acumulado do Fundo Previdenciário, não vai para o INSS. No pior cenário, se os servidores voltarem para o regime geral, o Ituprev terá de emitir uma CTC para cada servidor e realizar a compensação previdenciária. **B) PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR:** Luiz relatou que compareceu na Câmara Municipal para esclarecer dúvidas dos vereadores, acerca da Previdência Complementar do servidor público municipal. Diante disso, Luiz solicitou a elaboração de um material a respeito da Previdência Complementar, para divulgação do tema e esclarecimentos de dúvidas. Kiara sugeriu que o tema seja discutido em eventos promovido pelo Instituto dentro do Programa “Momento Ituprev”. **C) REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA DO RPPS:** A Presidente Luciana Correa perguntou se há algum projeto de Lei que altera o funcionamento do ITUPREV a ser aprovado pela Câmara, e Luiz esclareceu que o Projeto ainda está na Secretaria de Justiça e prevê a alteração de diversas questões do Ituprev, dentre eles, a revisão do processo eleitoral dos conselhos e a alteração do valor do jeton. A conselheira pediu esclarecimentos sobre as funções gratificadas concedidas dentro da vigência da Lei 173/2020, tendo sido explicada pelo Superintendente. Solicitou ainda informações a respeito de quais funcionários do Instituto recebem FG, e Luiz comprometeu-se a apresentar tais dados em reunião próxima. **Encerramento e Lavratura da Ata:** Foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Ninguém querendo fazer uso dela, foram encerrados os trabalhos. A presente Ata foi lavrada, a qual, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente do Conselho, representando os demais conselheiros presentes nesta reunião, conforme previsto no Art.14 da Resolução 002/2021 do ITUPREV. Nada mais havendo a tratar, a Presidente declarou encerrada a reunião às 13:00h.

Assinatura:

Luciana A H Correa
Presidente